



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA**

**REJANE DIAS DA SILVA**

**O CENÁRIO URBANO DE MULUNGU – PB APÓS AS  
ENCHENTES DE 1994 E 2004**

**GUARABIRA – PB  
2006**

**REJANE DIAS DA SILVA**

**O CENÁRIO URBANO DE MULUNGU – PB APÓS AS  
ENCHENTES DE 1994 E 2004**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

GUARABIRA – PB  
2006

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

S586 Silva, Rejane Dias da

O cenário urbano de Mulungu-PB após as enchentes de 1994 a 2004  
/ Rejane Dias da Silva. – Guarabira: UEPB, 2006.

43 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)  
Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas.

1. Urbanização 2. Enchentes 3. História I. Título.

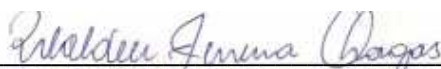
22.ed. CDD 981(33)

**REJANE DIAS DA SILVA**

**O CENÁRIO URBANO DE MULUNGU- PB APÓS AS ENCHENTES DE  
1994 E 2004**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Aprovada em 18/05/2006.



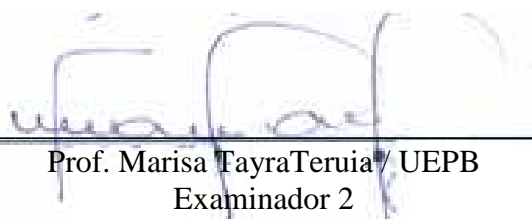
---

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas / UEPB  
Orientador



---

Prof.ª Ivonildes da Silva Fonseca / UEPB  
Examinador 1



---

Prof. Marisa Teyra Teruia / UEPB  
Examinador 2

## DEDICATÓRIA

A Deus, a minha bisavó Adalgisa (Mainha), aos meus avós, aos meus pais, Sandoval Dias da Silva e Rosineide de Almeida Dias por terem feito o melhor na edificação da minha educação que muito me incentivaram nos momentos mais difíceis dessa trajetória acadêmica. Ao meu irmão Rogério e irmãs Janaina e Simone e aos demais parentes e amigos, pela força e confiança que sempre depositaram em mim. Em especial a Carlos Alberto, que muito contribuiu para realização desse trabalho, me compreendendo e dando força, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Se fui merecedora de apoio e confiança em mim depositado, não sei, porém o importante é que com isso alcancei a vitória.

Agradeço a todos os professores que ao longo dessa jornada ofereceram não apenas conhecimentos, mas a certeza de que juntos é possível construirmos o conhecimento histórico e pedagógico e em especial ao professor Waldeci Ferreira Chagas, pela atenção, paciência e dedicação. Aos meus companheiros de curso, que ao longo de nossa jornada dividiram as angústias e os momentos felizes vividos durante esses anos, em especial a Afra, Fernanda, Geralcino e Idelbrando.

A todos meus sinceros agradecimentos, e porque até breve.

“Um desenvolvimento urbano autêntico, sem aspas, não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é, meramente, um aumento da área urbanizada e nem mesmo, simplesmente, uma satisfação ou modernização de espaço urbano, mas antes é acima de tudo, um desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade: vale dizer, a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social. Se uma cidade produz mais e mais riqueza, mas as disparidades econômicas no seio da população aumentam... se é assim, falar de “desenvolvimento” é ferir o bom senso”. (Marcelo Lopes de Souza)

## RESUMO

A cidade enquanto formação urbana tem sido tema de vários pesquisadores das mais diversas áreas, que tratam das grandes e médias cidades, deixando a parte as de pequeno porte, a exemplo de Mulungu. É nesse contexto que nossa pesquisa tenta retratar a urbanização da cidade de Mulungu, em decorrência das enchentes ocorridas entre 1994 e 2004, a partir das quais observamos inúmeras modificações no cenário urbano, a exemplo da construção dos Conjuntos Habitacionais Achilles Leal e Humberto Pequeno Madruga. Analisando até que ponto a ampliação do espaço urbano de Mulungu resultou em melhoria da qualidade de vida da população, principalmente aquela parcela atingida pelas inundações e “agraciada” com uma moradia. Constatamos que “casebres” são construídos a preços exorbitantes e distribuídos de forma desigual, além do abandono sofrido pelos contemplados, após a entrega das mesmas, com a ausência de equipamentos urbanos extremamente necessários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade. Urbanização. Infraestrutura urbana.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1-</b> Matadouro Público Municipal de Mulungu .....	21
<b>Figura 2-</b> Rua João Pessoa – Sede da Prefeitura Municipal.....	24
<b>Figura 3-</b> Clube Recreativo Mulunguense.....	24
<b>Figura 4-</b> Casa em tamanho original.....	25
<b>Figura5-</b> Base da escola não concluída – Conj. AchillesLeal .....	26
<b>Figura6-</b> Foco de lixo e banheiro improvisado – Conj. Achilles Leal.. ..	27
<b>Figura 7-</b> Campo de futebol não concluído – Conj. Achilles Leal .....	28
<b>Figura 8-</b> Obra de pavimentação paralisada – Conj. Achilles Leal .....	28
<b>Figura 9-</b> Ginásio O Lealzão – Conj. Achilles Leal.....	28
<b>Figura 10-</b> Centro de Atividades Múltiplas – Conj. Achilles Leal .....	28
<b>Figura 11-</b> Capela Virgem dos Pobres – Conj. Achilles Leal.....	29
<b>Figura 12-</b> Foco de lixo no Humberto Madruga.....	31
<b>Figura 13-</b> Esgoto a céu aberto – Conj. Humberto P. Madruga.....	31
<b>Figura14-</b> Dona de casa sem condições para o trabalho doméstico – Conj. Humberto Madruga.....	32
<b>Figura 15-</b> Casa em fase de construção e desmoronamento - Conj. Humberto Madruga.....	32

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAPÍTULO I</b> .....	14
<b>Mulungu e suas origens</b> .....	14
<b>A presença dos tropeiros</b> .....	15
<b>Processo de Emancipação política de Mulungu</b> .....	17
<b>CAPÍTULO II</b> .....	20
<b>A cultura do risco</b> .....	20
<b>As enchentes em Mulungu</b> .....	23
<b>Conjunto Achilles Leal</b> .....	24
<b>Enchentes de 2004</b> .....	30
<b>Barragem de Camará, episódio inesperado</b> .....	33
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	37
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	39

## INTRODUÇÃO

Diversos profissionais das ciências humanas têm estudado a urbanização, entre eles destacam-se os sociólogos, geógrafos, historiadores, arquitetos, urbanistas, etc. O que leva estes profissionais a escolherem a urbanização como objeto de estudos? Será porque as cidades estão em crise e cada vez mais afogadas em graves problemas decorrentes de vários fatores? Cada pesquisador dentro de seus limites tenta detectar ou enfatizar o que consideram o principal problema das cidades.

Alguns acusam a falta de planejamento como o causador de tantos problemas, outros consideram o aumento desenfreado da população. Contudo, não é o aumento desenfreado da população urbana que tem despertado o interesse de tantos profissionais pela temática cidade e seus problemas. Tal interesse se dá em função de a vida na cidade se constituir um misto de sentimentos de satisfação e orgulho, e por outro lado descontentamento e medo. Portanto, um campo propício à investigação. Quando citamos satisfação e orgulho estamos nos referindo às oportunidades de satisfação das necessidades básicas materiais e imateriais, tais como: moradia, saúde, educação, cultura, conforto e a comodidade que alguns ambientes proporcionam a poucos. Quando nos referimos ao descontentamento e medo, estamos aludindo à frustração causada pelo estresse do cotidiano das cidades decorrentes dos engarrafamentos, poluição, violência e criminalidade. Enfim, entender a cidade e as causas dos seus problemas é uma tarefa menos simples do que poderíamos imaginar.

Na tentativa de facilitar a compreensão acerca da temática cidade, a definiremos a partir de alguns autores, a exemplo de (ROLNIK, 1987, p13). Segundo esta arquiteta “a cidade é antes de mais nada um imã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia”. Procurando caracterizar a cidade de qualquer tempo ou lugar essa pesquisadora a define como campo magnético e usa o exemplo dos Zigurates, templos que aparecem nas planícies da Mesopotâmia antes da era cristã, e em torno dos quais houve transformação na maneira dos homens ocuparem o espaço. Os templos tornaram o ambiente, bonito, atraente e a isto foi acrescentado o surgimento da prática do plantio e cultivo do alimento, ao invés de coletá-lo ou caçá-lo. Nestas regiões predominavam o clima semiárido, daí a necessidade de se fixarem perto dos rios, repartirem a água e os escassos alimentos, e tirar proveito das planícies inundáveis, ricas de húmus e propícias ao desenvolvimento da agricultura. Esta prática

possibilitou o excedente de produtos e a possibilidade de trocá-lo, ou parte dele por outros produtos necessários, de modo que cada indivíduo isolado conseguisse produzir o que necessitava. Quando havia a possibilidade de obter parte dos produtos através de troca surgiu o mercado estabelecendo a divisão do trabalho entre campo e cidade, a especialização dos ofícios e o desenvolvimento das técnicas (metalurgia, cerâmica, vidraçaria, cutelaria, etc.) Este mercado gerou um tipo de estrutura urbana que reorganizou e redefiniu o espaço da cidade. Sendo assim, a vida urbanizada passou a ser atraente e prática, despertando o desejo nas populações rurais (ROLNIK, 1987, PP. 25-27).

As primeiras cidades, mesmo tendo sido resultado de processo social e político, tiveram suas localizações determinadas pelas condições naturais em um determinado momento histórico (SPOSITO, 1991, P.18).

Na Idade Média com o crescimento das cidades e a intensificação do mercado, o sistema feudal, enfraquecido pela peste e inelasticidade das terras entrou em crise. Era cada vez maior a oferta de mercadorias, de modo que se tornou necessário tanto para o senhor como para o servo multiplicar seus bens. Os senhores viram a solução no aumento das pressões sobre o servo para que este produzisse o excedente, que poderia ser transformado em moeda para o senhor ou arrendar terras por dinheiro. Com o crescimento das cidades multiplicaram-se as possibilidades de trabalho para o servo além do trabalho servil. Sendo assim, enquanto aumentaram as pressões senhoriais também aumentaram as revoltas entre os servos que migravam para as cidades.

Nas terras arrendadas geralmente se usava uma forma de produção – de matérias primas para manufatura – que não comportava o trabalho servil, intensificando a marcha para as cidades, ligar que para os servos, mesmo que não significasse felicidade, saúde ou prosperidade, representava liberdade do regime de servidão e desligamento do vínculo com a terra e com o senhor que lhes roubava o tempo, o trabalho e até a comida. Nesse ínterim a cidade é novamente atraente em relação ao campo. Olhando por esta perspectiva porque não afirmar que a cidade é um imã, um campo de atração. (ROLNIK, 1987, P 35).

Para SOUZA, (2003, p. 28), “uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesse e valores os mais diversos formando grupos de afinidades e de interesse...”, ou seja, a cidade é constituída em decorrência do interesse de pessoas enquanto indivíduo e da afinidade e interesse comum da população que se junta em torno de

objetivos próprios condizentes a recursos cobiçados pela comunidade, sendo estes não apenas econômicos, a cultura também é fundamental para organização do espaço urbano.

GONÇALVES Jr. (1986, p.9) afirma que:

A cidade é muito mais que um simples conjunto de elementos visuais e palpáveis (pessoas, construções, etc.), mas também um complexo conjunto de relações que se estabelece entre esses elementos compondo o carrossel de nosso cotidiano.

Esta afirmação nos leva a entender que a cidade não é apenas, como muitos associam, uma aglomeração de pessoas e construções num mesmo espaço, a cidade é mais um ambiente onde se estabelecem relações que definem a vida, tais como as econômicas, políticas, religiosas, socioculturais, como a geração e conservação do conhecimento e da cultura. De modo que o espaço físico é apenas um instrumento para a realização das relações estabelecidas diariamente.

Assim compreendemos que a cidade de hoje é reflexo de ações passadas, de modo que, por mais que os urbanistas tenham trabalhado os métodos de urbanizar ou por mais que as cidades tenham sido transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais, ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem as mudanças sociais passadas, estão impregnadas de subjetividade nas suas formas espaciais.

Conclui-se então, que a cidade grande ou pequena, é um imã que desperta nas populações rurais o desejo de habitá-la, é um local onde pessoas se organizam e interagem formando um complexo conjunto de relações. Nas cidades se estabelecem principalmente as relações econômicas, políticas, religiosas e socioculturais, imprescindíveis à vida cotidiana. A cidade é antes de tudo reflexo das relações de homens e mulheres contemporâneos e do passado, visto que as marcas das sociedades passadas estão impressas nas formas espaciais do presente.

Como a cidade faz parte do tempo presente na maioria da população mundial, as temáticas relacionadas à cidade ganharam notoriedade. Entretanto, apesar de serem muitos aqueles que se dedicam sobre a história das cidades, infelizmente as pequenas cidades ainda sofrem o problema da falta da história escrita.

Assim como ocorre em vários municípios da Paraíba emancipados após a segunda metade do século XX, Mulungu também sofre o problema da quase falta de história escrita.

De modo que, encontramos fragmentos de sua história citados em obras dedicadas às cidades circunvizinhas, e frutos de líderes da política local que ao assumirem as prefeituras, aproveitam-se desse cargo para escreverem uma história relacionada à sua passagem pelo poder.

Quando estes mesmos não os fazem, contratam terceiros que se dedicam a esta prática, como é o caso do Sr. Severino Primo de Lima, ex-prefeito da cidade de Mulungu, que usou o livro “Forças vivas da nação” para narrar sua trajetória política e conseqüentemente suas “grandes” obras durante o mandato de prefeito. Geralmente trata-se de uma história com a pretensão de enaltecer grupos políticos ou famílias locais, deixando as camadas populares ocultas na história. Esta prática costuma ser comum em cidades de pequeno porte, onde alguns se consideram donos do poder local.

Podemos encontrar fragmentos da história de Mulungu nos escritos de COELHO (1955), quando trata de vários aspectos da cidade de Guarabira e por Mulungu ter sido distrito dessa cidade por muitos anos faz comentários a respeito de sua toponímia, população, área urbana, escolas construídas, filhos ilustres da terra, enfim estatísticas e elogios aos ilustres da sociedade.

Perspectiva semelhante, identificamos em FREIRE (1998) quando faz uma narrativa da história de Alagoa Grande, comenta a respeito da linha férrea, que cortava a Vila Camarazal (atual Mulungu), e de sua importância tanto para economia alagoa-grandense quanto para a economia de Camarazal, já que esta servia para transportar as cargas de algodão produzidas no distrito, portanto fator relevante para o comércio local.

Diferenciando-se dessa perspectiva, BARBOSA (2003) traçou comentários das origens de Mulungu, à decadência do algodão no ano de 1985, e faz alusões ao crescimento da cidade em decorrência da produção de algodão.

Percebemos que poucos pesquisadores dedicaram atenção à história de Mulungu e quase sempre os fragmentos da história dessa cidade se encontram em obras que tratam da história de outras. Em função disso nos dedicamos a pesquisar a urbanização de Mulungu entre os anos de 1994 a 2004, visto que nesse período ocorreram transformações no cenário urbano dessa cidade, decorrentes das enchentes que a assolaram, o que levou o poder público a tomar algumas iniciativas, a exemplo da construção de conjuntos habitacionais para abrigar as populações vítimas das enchentes. Logo, este trabalho tem pretensão de discutir as

mudanças ocorridas na cidade de Mulungu entre 1994/2004, a exemplo da construção dos conjuntos habitacionais Achilles Leal e Humberto Pequeno Madruga ambos construídos durante os mandatos do prefeito Achilles Leal Filho (1ª gestão 1992 – 1996 e 2ª gestão 2000 – 2004), e analisar até que ponto estes espaços habitacionais construídos beneficiaram a população atingida.

## CAPÍTULO I

### MULUNGU E SUAS ORIGENS

Comentamos inicialmente que Mulungu está incluído entre os municípios paraibanos que se ressentem de história escrita, portanto faremos uso da memória popular para analisarmos as origens, já que de acordo com RESENDE (1997):

é extremamente difícil saber as origens das cidades, quem foram seus verdadeiros fundadores, não é a toa que não se pode investigar as suas histórias dissociadas de seus mitos.

Fundamentado nesta afirmação nos reportamos ao Sr. LuízLianda Ferreira da Silva na perspectiva de desvendar a história de Mulungu. Segundo esse interlocutor:

A cidade de Mulungu acha-se construída em terreno pertencente a Santo Antonio, padroeiro da localidade, outrora já foi uma mata na qual existia uma tribo indígena denominada Araguaia. Perto dessa mata, hoje o povoado de Pau Ferro, morava um fazendeiro muito rico, dono de todas as propriedades da vizinhança. Certo dia seu filho foi caçar e distanciou-se de sua fazenda e perdendo-se na mesma. Encontrado pela tribo foi preso e amarrado a um tronco de árvore. Os índios foram cortar lenha para empilhar a fogueira e atear fogo no prisioneiro. Consciente do que o esperava o moço cheio de aflição lembrou-se que Santo Antonio era milagroso e, cheio de fé recorreu ao santo pedindo-lhe que o salvasse. Prometeu-lhe, caso fosse atendido, a doação daquelas terras ao mesmo santo. Prometeu ainda mandar erigir uma igreja no mesmo local onde se achava amarrado.

Então aconteceu um milagre, vinda não se sabe de onde, apareceu uma linda índia de cabelos longos, sorrindo para ele. Por meio de gestos, ele pediu-lhe que o soltasse que casaria com ela. Ela deu a entender que o compreendera acenando com a cabeça. Imediatamente desamarrou o rapaz e saiu correndo com ele preso a suas costas. De vez em quando o colocava no chão e com o ouvido próximo ao solo ia avisando a aproximação da tribo, quando avistaram a porteira de Pau Ferro. Conseguiram, entretanto atravessar a porteira, quando os índios já se encontravam a pouca distancia. Estes atiraram suas flechas, mas não ultrapassaram a porteira, pois tiveram medo e voltaram. Assim o casal estava a salvo.

Reza ainda a tradição que ele levou a índia para casa contando a seu pai toda a aventura e o milagre que culminara e o salvara. Como não tinha mais o desejo de casar-se com a índia, seus pais o obrigou ao cumprimento da promessa e fizeram o casamento. Mas tarde as terras foram realmente doadas a Santo Antonio e a capela construída tal como o jovem prometera.

Mesmo sendo uma construção do imaginário coletivo, é a versão mais aceita pela população, de modo que, chegou ao conhecimento dos habitantes da cidade. No entanto, esta



história em alguns trechos se aproxima das afirmações de Coelho, quando trata da capela de Mulungu.

Um caboclo cujo nome e identidade não foi possível apurar, possuía em Mulungu uma data de terra das mais importantes para a cultura em criação, isso muito antes de 1881.

Diz-se que a data de terra pertencia muito antes de 1881, porque no ano de 1877 o Bispo D. Vital por ali transitou indo a Gurinhém e o caboclo que era solteiro fez doação da terra e do gado que lhe pertencia ao padroeiro de Mulungu Santo Antonio de Lisboa.

No mesmo ano faleceu o doador e D. Vital... ordenou que vendesse um pouco do gado existente para que se erigisse uma confortável capela de tijolos em substituição a existente que era de taipa. ( COELHO, 1955, p 60).

Isto nos leva a crer que no ano de 1877 o local já era habitado e possuía certa organização, o terreno acima mencionado constitui o lugar onde a cidade fora erigida, razão pela qual até nossos dias a Igreja Católica arrecada imposto em nome do proprietário Santo Antonio.

## **A PRESENÇA DOS TROPEIROS**

Prosseguindo a discussão BARBOSA (2003, p. 23) afirma que a povoação da cidade de Mulungu se deu “em decorrência da passagem de tropeiros vindos do sertão paraibano que seguiam rumo a capital do estado”. Tais tropeiros costumavam parar nas imediações do trecho do Rio Mamanguape, por causa da distância e das condições em que viajavam, este trecho do rio batizaram de Camarazal, nome que tempos depois recebeu uma fazenda existente nas proximidades. Nesse local, eles se abasteciam de água, comiam e descansavam o corpo do cansaço provocado pelo sol e pelo meio de transporte que utilizavam.

A presença contínua dos tropeiros nas regiões próximas ao Rio Mamanguape, ao riacho e a fazenda, ambos denominados Camarazal, fora de suma importância para a formação da cidade de Mulungu, visto que alguns foram permanecendo e edificando casa no entorno da fazenda dando início à construção da vil que passou a se chamar Camarazal<sup>1</sup>, isto facilitou a hospedagem dos viajantes que seguiam rumo a Mamanguape e à capital da Paraíba, agora eles a dispor de cabana para descansar e se proteger do sol e do sereno. No entanto sabemos que muito antes que os homens construíssem as primeiras cidades, os rios

---

<sup>1</sup> Assim como na Mesopotâmia onde as primeiras cidades nasceram entre os rios Tigre e Eufrates, as condições naturais como a falta d’água decorrente de climas seco fora o fator determinante na escolha da localização da cidade de Mulungu que nasceu entre o Rio Mamanguape e o Riacho Camarazal ficando exposta a enchentes, ou seja, uma das práticas mais remotas da história das cidades.

inundavam suas margens durante a época das chuvas. As planícies de inundação fornecem terras planas e produtivas para negócios e abrigos, além da água necessária para tudo, assim mais natural que homens e mulheres no passado construíssem suas casas e vilas ao lado dos rios, assim como o fez a população de Camarazal.

Segundo BARBOSA (2003, p. 23):

A povoação se intensificou, visto que no local passaram a se instalar as famílias dos sertanejos fugidos da seca e o local tornou-se ponto de negociação dos tropeiros, uma vez que era comum os moradores da região acorrerem à Fazenda Camarazal a fim de adquirirem as mercadorias trazidas pelos tropeiros, fazendo com que muitos negociassem suas mercadorias antes mesmo de avistar a capital da Parahyba.

Diante desta afirmação, podemos concluir que a condição natural tendo em vista o clima quente e seco e conseqüentemente a procura do rio para refrescar o corpo e adquirir água foi o fator determinante da escolha do lugar para a edificação da vila, no entanto, a condição socioeconômica, especialmente o surgimento de um pequeno comércio dos habitantes, tropeiros e imigrantes do sertão, foi o que possibilitou o crescimento do povoado. Percebemos, que a população da vila, imigrantes do sertão fugidos das secas e condutores de tropas de burros, povoaram esse lugar, constituindo-se um povoado de pessoas de baixa renda. Daí vem uma remota justificativa para falta de desenvolvimento econômico do município até nossos dias, apegando-nos ao conceito de que a cidade de hoje é o reflexo de ações passadas ou da ausência de políticas públicas passadas.

Os tropeiros traziam produtos que seriam trocados na capital por outros não cultivados no sertão devido à escassez de chuvas e como a maioria desses eram comercializados na vila de Camarazal gerava renda para a mesma. Não demorou e a vila foi elevada à condição de distrito, no ano de 1891, fazendo parte da jurisdição de Guarabira, sendo esta a cidade mais próxima e com melhores condições econômicas de assumir o distrito. (COELHO, 1955, p27).

Os moradores da vila geralmente trabalhavam na agricultura, ou seja, no cultivo do algodão de onde provinha a maior parte de sua renda. Além do algodão cultivavam os produtos de subsistência como milho, feijão, mandioca e frutas. Conforme relatório da EMBRAPA, (1983, p.12) “na Paraíba como na maioria dos Estados do Nordeste, o algodão passava a ser plantado predominantemente em consorcio com o milho, feijão macaçar e outros cultivos alimentares”. Em decorrência disso, em 1930 Camarazal era considerada uma vila agrícola. Além do cultivo de produtos agrícolas, também era comum a criação de aves

domésticas, as quais eram comercializadas, para o complemento da renda das famílias, outro fator que muito contribuiu na economia da vila fora a via férrea que cortava-a.

No que se refere à via férrea que corta Mulungu, FREIRE (1996, p147) afirma que:

A extensão da linha férrea, do então povoado pertencente a Guarabira, Camarazal, hoje cidade de Mulungu, da inglesa GREAT WESTERN RAILWAY (Estrada de Ferro Grande Oeste) inaugurada em 1º de julho de 1901... Foi o fator determinante de um novo tempo para a economia alagoa-grandense, o mesmo ocorrendo com outros municípios também alcançados pela estrada de ferro.

A via férrea fora construída com destino a Campina Grande, visto que contribuiu para o crescimento da vila. Através da via se escoava a colheita do algodão e parte dos demais produtos cultivados, os quais eram comercializados nas feiras das cidades circunvizinhas, visto que o comércio local não absorvia a produção existente. No decorrer dos tempos não houve grandes transformações no cotidiano da vila.

Conforme afirma BARBOSA (2003, P.25):

Até o final dos anos 50 não dispunha de serviço médico e, por longo período, dispôs apenas de uma escola pública construída em 1955. Antes desta data, tais serviços eram restritos às famílias que dispusessem de condições econômicas para se deslocar a Guarabira.

Como podemos observar apenas as famílias dos latifundiários dispunham de recursos para usufruir de tais serviços e as demais camadas populares ficavam a mercê do descaso, de modo que, ter sido elevada a condição de distrito não representara dias melhores para os moradores de Camarazal.

## **PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE MULUNGU**

Ante a situação, os produtores de algodão passaram a considerar injusto que apenas Guarabira fosse beneficiada com o lucro da venda do algodão e nada fosse investido em benefício do distrito. Nesse período o distrito não dispunha nem mesmo de energia elétrica, água encanada, tampouco calçamento. Em consequência dessa estrutura alguns latifundiários da região passaram a discutir em favor da emancipação do distrito. Segundo BARBOSA (2003, P. 25), em pouco tempo a proposta de emancipação política de Camarazal já compunha o discurso de políticos com alguma influência no distrito, considerando-se que estes eram

proprietários de fazendas e produtores de algodão, ou seja, interesses políticos e econômicos tinham os mesmos portadores, portanto lhes eram convenientes à emancipação de Camarazal. Os maiores interessados eram o deputado Joacil de Brito Pereira, os agropecuaristas Romero de Oliveira, Adonis de Aquino Sales, Geraldo Beltrão e Osmar de Aquino.

Os segmentos populares da população foram deixados à parte, sua colaboração resumiu-se apenas a assinaturas recolhidas em forma de abaixo-assinado, já que o parecer favorável era dado de acordo com o número de habitantes do distrito, como podemos observar nas palavras do Sr. Martins:

A população participou da seguinte maneira, foram recolhidas as assinaturas (abaixo-assinado) e foi dada entrada com uma solicitação de distrito, para ficar independente do município de Guarabira. Foi um pedido do povo, levado pelo deputado Joacil Brito, o parecer favorável era dado de acordo com o percentual relativo ao número de habitantes do distrito.

Como podemos observar a população teve participação no processo de emancipação política de Camarazal de forma tímida e influenciada pelos grandes latifundiários, os maiores interessados e beneficiados com a efetivação do processo de emancipação.

No entanto, alguns políticos, a exemplo do deputado estadual Silvio Porto também se envolveram no processo de emancipação, impulsionado pela onda de esquerda que se implantara na Paraíba e contando com o apoio do governador Pedro Moreno Gondim, ambos procuraram impedir a emancipação. Mesmo sendo esse governador interessado em promover a emancipação de distritos, criando novos municípios, hesitou em promover a emancipação de Camarazal, pois o destaque era dado para aqueles distritos que possuíam lideranças políticas com influência junto à classe trabalhadora rural. De acordo com BARBOSA (2003, p. 27) “o propósito desse governador era construir espaços políticos partidários, visto que os municípios criados se constituíam currais eleitorais, satisfazendo assim seus próprios interesses políticos”. Como podemos notar o governador Pedro Moreno Gondim proclamava emancipações em favor de si próprio. Embora Camarazal não dispusesse de uma liderança popular que reunisse os eleitores em prol do então governador fora beneficiada com a emancipação, haja vista o interesse dos produtores de algodão e a relação destes com o governador Pedro Moreno Gondim.

Sucederam-se várias discussões, mas enfim, a emancipação se consolidou em abril de 1959. Foi vetado o Projeto de Lei, a criação da comarca e demais órgãos jurisdicionais argumentando-se ineficiência financeira, quando a ação judiciária poderia normalmente ser

exercida prevalecendo a situação vigente em que nada prejudicava a autonomia política conquistada pelo distrito de Camarazal que passou a se chamar Mulungu, em decorrência da grande plantação da árvore de Mulungu existente na região<sup>2</sup>.

Percebemos então que, a população mulunguense tinha interesse na emancipação do distrito, por acreditarem numa vida melhor com a elevação do mesmo à condição de cidade, no entanto os maiores interessados eram os latifundiários, pois a cidade seria um novo espaço par tirarem proveitos de cargos políticos, daí se envolveram na luta pela emancipação de Camarazal.

---

<sup>2</sup> De acordo com Barbosa (2004, p.11), este nome foi dado a cidade, devido a grande plantação de mulungu existente na região. Trata-se de uma árvore ornamental, também conhecida como “pau coral”, a qual pertence família das leguminosas, sendo originária da Amazônia e do Mato Grosso. Possui flores vermelhas dispostas em racimos multi-flores, suas sementes são do tamanho de um grão de feijão, com mácula preta, dura e verrucosa. Esta arvore fornece madeira branca mole, quebradiça e esponjosa Já Coelho (1955, p.119), afirma que Mulungu é uma árvore de origem africana, pois no continente africano existe o mulungu que em nada é diferente ao encontrado nas imediações de Mulungu.

## CAPÍTULO II

### A CULTURA DO RISCO

Com o crescimento das cidades, ocorre também a impermeabilização do solo e temos maior acúmulo de água das chuvas que não se infiltram no solo, ou seja, a urbanização rápida levou ao aumento do número de pessoas em risco. Acrescente-se a isso o fato de que os fundos de vale foram aplainados para dar lugar às rodovias e avenidas, deixando os rios sem áreas de ajustamento dos ciclos de cheias e vazantes e com o aumento do fluxo das águas fluviais, ocorrem sérios problemas de inundações, acarretando periodicamente em sérios transtornos a população paulista. (GONÇALVES, 2003, p.08).

Entretanto o problema das inundações não é pertinente apenas as grandes metrópoles, muitas cidades interioranas nasceram às margens de rios e são vulneráveis às inundações, assim como ocorre com a cidade de Mulungu que desde sua origem vem sofrendo com as enchentes no Rio Mamanguape. Ao tratar de uma enchente ocorrida em várias cidades em 19 de abril de 1924, ou seja, quando Mulungu ainda era a Vila Camarazal, COELHO(1955, p146), afirma que:

Mulungu também foi atingido pela enchente e diversas ruas ficaram arrasadas.

A ponte foi levada e diversas canoas iniciaram a travessia das pessoas que se mudavam de Mulungú.

As ruas do Comercio e da Estação ficaram alagadas e a população foi se abrigar no alto da igreja.

A linha férrea do ramal de Alagoa Grande teve seu transito interrompido.

Conforme o exposto, podemos observar que Mulungu fora atingida pelas enchentes do rio Mamanguape e sua população sofrera o transtorno das perdas de seus bens, além das mudanças repentinas para outras cidades ou para as áreas consideradas fora de “risco”. No entanto, isto não impediu que a cidade crescesse às margens do Mamanguape, a exemplo do matadouro público municipal construído as margens do rio e que é constantemente atingido pelas enchentes.

Figura 1- Matadouro Público Municipal- Mulungu-PB



**Fonte: Carlos Alberto VirgínioBarbosa- 2004.**

Segundo GONÇALVES (2003, p4), “o risco pode assim ser visto como a interação entre um fenômeno do perigo, as coisas que sejam expostas a esse perigo, tal como povos, casas e outros bens e o grau a que estão mais ou menos vulneráveis ao impacto”. Desta feita, entendemos por área de risco o ambiente ocupado por seres humanos onde um fenômeno natural pode causar-lhes danos materiais ou a vida humana de acordo com a proporção de vulnerabilidade em que este se encontra. Em Mulungu, podem ser consideradas áreas de risco, por possuírem essas características, as ruas próximas às margens do Rio Mamanguape como também as próximas aos riachos Camarazal e Cajueirinho que cortam a cidade, além das ruas de baixo nível de altitude. (Relatório das ações de resposta às enchentes do verão de 2004).

No tocante a esta afirmação desponta a curiosidade de questionarmos acerca do que leva um ser humano a habitar uma área de risco?

Existem vários fatores que levam um ser humano a residir numa área de risco, no entanto o mais frequente é o econômico, pois a decisão em localizar-se numa área particular não é feito “livremente”, mas normalmente é determinada por forças socioeconômicas que frequentemente estão do controle de indivíduos. Assim, risco envolve escolhas, mas pode não ser uma escolha “voluntaria”, ou seja, é determinada pela força das circunstâncias econômicas

dos envolventes. Esta afirmação fica clara nas palavras do Sr. Pereira que justificando a sua residência na Rua do Pantanal<sup>3</sup> fez a seguinte afirmação:

As minhas condições só dava pra morar lá mesmo, eu não podia comprar uma casa no centro, aí comprei uma casa lá sujeito ao rio, uma casinha de taipa, aí fiquei lá, era meio longe do rio, não sabia nem que a água do rio ia dar lá<sup>4</sup>.

Desta feita, fica claro que muitas pessoas viviam em situações econômicas adversas que os obrigava habitar regiões e lugares afetados por perigos naturais, em suma, a maioria dos residentes susceptíveis a inundações não pode se mudar para áreas mais protegidas sem auxílio financeiro e em alguns casos essas pessoas não querem mudar para regiões mais seguras, porque já habitam os lugares perigosos há muito tempo e estão acostumados, apesar das desvantagens sofridas. As raízes locais fazem-nas permanecer e mesmo se existisse ajuda financeira teriam dificuldade para se deslocarem assim como nos afirma a Sr<sup>a</sup> Oliveira “eu gostava do lugar onde eu morava, eu morava lá eu tinha saído, mas voltei de novo porque eu gostava de lá, mas sabia que era área de risco de enchente”<sup>5</sup>. Assim nós entendemos que as condições socioeconômicas de alguns grupos dificultam a adaptação em outro ambiente fazendo-os apegarem-se as raízes locais. Entendemos também que as características sociais combinadas com fatores econômicos e políticos sustentam o impacto de perigos, restringindo o acesso a outros recursos, tais como conhecimento e informação entre outras várias formas de discriminação que ocorrem na atribuição de bem estar e proteção social.

É notório que um dos fatores que contraria a saída da população ribeirinha, é a ausência de fundos de ajuda para fenômenos de inundação, entre outros riscos como os deslizamentos, incluindo a isto recursos para a recuperação, tendo em vista que não haverá desenvolvimento enquanto a atenção dada um perigo natural for inadequada, ou quando, o investimento em projetos contra eventos naturais não for considerado, pois é público que a vulnerabilidade da cidade de Mulungu atingida pelas enchentes de 1994 e 2004 se expressaram especialmente pela precariedade das construções domiciliares, casas construídas em áreas de risco, falta de saneamento básico, falta de manutenção dos açudes e barragens que provocam inundações repentinas em grandes extensões de terras, caracterizando uma

---

<sup>3</sup> A denominação vulgar de “Pantanal” dada por moradores da rua Pedro Crispiniano, decorre do fato da mesma está localizada numa várzea e durante quase todo o ano, por causa das chuvas e dos esgotos que, correm a céu aberto, mantém-se alagada assemelhando-se a área pantaneira.

<sup>4</sup> Entrevista concedida pelo sr. Genário Paulo Pereira, 69 anos, Mulungu 14-05-06.

<sup>5</sup> Entrevista concedida pela Sr<sup>a</sup> Ana Lucia de Oliveira, 29 anos, Mulungu 14-05-06.



nítida falta de investimentos na prevenção de desastres, especialmente no processo educativo e de prevenção dos riscos naturais.

Em Mulungu jamais foi posto em prática qualquer projeto preventivo coma iniciativa de retirar os habitantes das áreas de risco como afirma o Sr. Pereira quando indagado sobre qualquer iniciativa para retirá-los da Rua do Empurra disse:

Nunca aconteceu esse projeto não e tem gente aí muito tempo que morava nesse perigo pegando a beira do rio e ninguém falou isso não, da gente sair daqui, veio falar depois que deu essa enchente, aí o prefeito arrumou a verba e inventou isso aqui<sup>6</sup>.

A ausência de prevenção de desastres naturais traz perdas incalculáveis quando os mesmos consumam-se, pois são um freio no desenvolvimento econômico familiar (quando o gado, colheitas, utensílios domésticos, lares e ferramentas repetidamente são destruídos) e a nível nacional, quando estradas, pontes, hospitais e outras instalações são estragados.

## **AS ENCHENTES EM MULUNGU**

Em Mulungu, os desastres naturais tem acontecido sucessivamente, entretanto as enchentes ocorridas em oito de julho de 1994 e as inúmeras ocorridas em 2004, todas durante as gestões do ex-prefeito Achilles Leal, foram consideradas de maior proporção pela Defesa Civil, já que causaram danos consideráveis a sua população como podemos analisar na seguinte matéria do (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 10-07-1994, P.8):

As chuvas que há vários dias estão caindo na região do Brejo paraibano já conseguiram arrasar o município de Mulungu, a 82Km de João Pessoa. O rio Mamanguape transbordou e invadiu a área mais baixa da cidade. Cerca de 1500 pessoas estão desabrigadas na sede, que também está sem água potável e eletricidade. O nível das águas em algumas ruas alcançou até 3 metros e mais de 100 casas desabaram. O comercio local teve muitas de suas lojas invadidas pelas águas e prejuízos incalculáveis.

Como podemos observar, as consequências que a enchente trouxe às famílias foram desastrosas, pois inúmeras pessoas perderam todos os seus bens, como móveis e utensílios usados no trabalho, além de suas residências, seus bem mais valiosos. As experiências marcam definitivamente a vida das pessoas, que a partir daí começa do zero o árduo processo de adquirir novamente os seus bens. Nesse caso houve retrocesso na economia da cidade, marcada não só pelos danos materiais das famílias como também pelos prejuízos causados ao

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida pela Sr<sup>a</sup> Ana Lúcia de Oliveira, 29 anos, Mulungu 14-05-06

poder público, visto que os órgãos públicos foram danificados, a exemplo do Matadouro Público Municipal, Creche Guilhermina Pereira, Centro de Idosos e a sede da Prefeitura Municipal, exigindo reparos, acarretando gastos aos cofres públicos, como podemos observar nas fotos abaixo.

Figura 2- R. João Pessoa- Sede da Pref. Municipal de Mulungu - PB



Fonte: Carlos Alberto Virgínio Barbosa-2004

Figura 3- Clube Recreativo Mulunguense- Rua João Pessoa- Mulungu-PB



Fonte: Carlos Alberto Virgínio Barbosa- 2004

Quanto aos desabrigados, em sua maioria usam escolas, salão paroquial, Secretaria de Educação, entre outros prédios públicos como alojamento, outros valeram-se de casas de parentes para se abrigarem temporariamente, para aplacar esta situação, o prefeito Achilles Leal, em forma de mutirão com recurso federal e em parceria com a Prefeitura Municipal de Mulungu, construiu o Conjunto Habitacional Achilles Leal, cujas casas foram distribuídas entre os desabrigados, além de outras moradias reconstruídas no mesmo lugar, ficando expostas a novas inundações.

## CONJUNTO ACHILLES LEAL

A construção do Conjunto Achilles Leal levou dois anos para ficar pronta, sendo inaugurada em 1996. As casas eram compostas por dois cômodos, sala e banheiro, distribuídos em onze metros quadrados com água encanada e energia elétrica. A princípio causou incômodo aos beneficiados que não conseguiram se alojar bem, como podemos observar nas palavras de D. Antonia Oliveira dos Santos:

Só era um ladinho, um quartozinho e quando eu botei os meus troços, meus troços ficou tudo no terreiro que não coube. Eu dormia no chão com a minha menina, e a minha caminha velha eu botava meu velho pra dormir e não cabia mais nada de troço, era cinco metros de casa com um banheiro dentro.

Desta feita, entendemos que os domicílios não condiziam com as necessidades dos habitantes e muitos preferiram voltar para as casas antigas, mesmo conscientes de que estavam expostos a enchentes, já que apesar de terem sido condenadas pela prefeitura municipal, as mesmas não foram derrubadas.

Figura 4- Casa do tamanho original – Conjunto Achilles Leal – Mulungu - PB



**Fonte: Carlos Alberto Virgínio Barbosa - 2004**

Além dos domicílios não suprirem as necessidades também não dispunham de equipamentos extremamente necessários a exemplo de pavimentação, esgoto, coleta de lixo, posto policial e principalmente escola, uma vez que o conjunto habitacional está localizado a uma distância considerável do centro da cidade onde se encontram as escolas públicas.

Em meados do ano 2000 iniciou-se a construção de uma escola de ensino fundamental, mas a obra foi paralisada no mesmo ano, e não chegou a passar da base, por descontinuidade administrativa e a retomada não aconteceu até os nossos dias como podemos ver na foto a seguir:

Figura 5 – Base da escola não concluída – Conjunto Achilles Leal – Mulungu - PB



Fonte: Carlos Alberto Virginio Barbosa - 2004

Com estas atitudes o conjunto Achilles Leal é prejudicado, visto que uma escola pública de ensino fundamental seria de grande valia para aquela comunidade, como podemos observar nas palavras de D. Maria José:

Aqui praticamente falta tudo, uma creche não tem, que era necessário, um colégio pras crianças aqui não tem, veja como é a mão de obra que eu tenho de levar esses meninos, ir e voltar, repara a distância, daqui pra o colégio é muito longe, acho que dá meia légua.

Conforme as palavras de D. Maria, sentimos a necessidade que esta comunidade tem de uma creche e uma escola para melhor educar suas crianças, já que não é seguro que as crianças se desloquem sozinhas do Conjunto Achilles Leal até o centro da cidade<sup>7</sup>.

Além da ausência da escola, a população também lamenta a inexistência de um posto policial, visto que as imediações do Conjunto Achilles Leal é considerado pela população o ambiente mais violento da cidade de Mulungu e por tal seus habitantes deram-lhe a alcunha de “cangote do urubu”. Este conceito de violento contribuiu para desvalorização da região e o preconceito por parte dos residentes no centro da cidade com relação aos moradores do Achilles Leal. Com a falta de segurança a população vive assustada, já que é lá que acontece a maioria das ocorrências policiais da cidade, portanto sendo de extrema necessidade um posto policial na região. Esta necessidade fica clara nas palavras do Sr. Genário “precisava de um posto de polícia aqui, os caras tão se adiantando demais, muita cachaça, muita coisa, aí merecia de um posto de polícia, não tem. Lá em baixo só tem um cabo e um soldado só, o

<sup>7</sup> Entrevista concedida por D. Maria José Trajano da Silva.

delegado vem de ano em ano”. Como podemos ver a população sente a necessidade de um trabalho mais efetivo por parte da polícia, não apenas no Achilles Leal, mas em toda cidade.

O outro problema que afeta a comunidade é a falta de coleta de lixo e saneamento, como podemos observar na seguinte foto:

Figura 6 – Foco de lixo e banheiro improvisado – Conjunto Achilles Leal – Mulungu - PB



Fonte: Carlos Alberto Virgínio Barbosa - 2004

Ao centro vemos uma cena comum a diversos outros pontos da cidade, a presença do lixo, o que denota a ausência de coleta e a prática comum da população de jogar o lixo no “mato”, entendendo que desta forma o problema estaria resolvido. Visualizamos também uma espécie de “banheiro” improvisado comum a aqueles que não dispõem do mesmo em suas residências, uma vez que aquele construído nos domicílios está sendo usado para outros fins, já que o espaço físico da mesma é ínfimo. Esta prática em muito prejudica a saúde dos habitantes, facilitando a propagação de insetos causadores de várias doenças.

Na segunda gestão do ex-prefeito Achilles Leal de 2000 a 2004, foram iniciadas obras para melhoria do conjunto que devido a descontinuidade administrativa foram paralisadas e até o momento não foram concluídas, a exemplo do campo de futebol e pavimentação das ruas que encontram-se inacabadas como podemos ver.

Figura 7 – Campo de futebol não concluído –  
Conjunto Achilles Leal – Mulungu PB



Fonte: Carlos Alberto Virgínio Barbosa - 2004

Figura 8- Obra de pavimentação paralisada –  
Conjunto Achilles Leal – Mulungu - PB



Fonte: Carlos Alberto Virgínio Barbosa - 2004

Foram concluídas as construções de um ginásio poliesportivo e o prédio do Centro de Atividades Múltiplas em 2004 e que até o momento não está em funcionamento. Enfim os jovens daquela comunidade dispõem apenas do ginásio poliesportivo o Lealzão para se divertir e praticar esportes, sendo esta a única forma de lazer proporcionada.

Figura 9- Ginásio o Lealzão – Conjunto Achilles  
Leal – Mulungu - PB



Fonte: Carlos Alberto Virgínio Barbosa - 2006

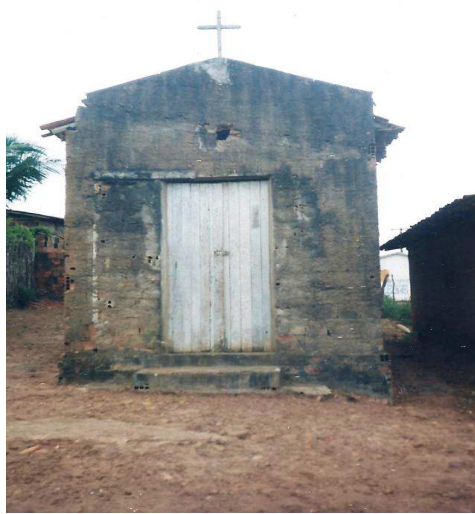
Figura 10- Centro de Atividades Múltiplas –  
Conj. Achilles Leal – Mulungu - PB



Fonte: Carlos Alberto Virgínio Barbosa - 2006

Com tantas dificuldades enfrentadas por esta população só resta apelar para a fé, pedir ajuda a Deus, para tal uma casa fora doada a Igreja Católica, para que os religiosos tenham um lugar específico para fazer seus apelos.

Figura 11- Capela Virgem dos Pobres – Conj. Achilles  
Leal – Mulungu –PB



**Fonte: Carlos Alberto Virgínio Barbosa – 2006**

Como podemos ver, a própria imagem revela as dificuldades da população, que foi batizada pelo Padre Romildo, pároco da cidade, de “Virgem dos Pobres”. A casa fora “reformada” e transformada em capela pela comunidade, já que os representantes de Deus na terra, assim como os representantes dos homens dedicam pouca atenção aquele povo.

Após dez anos de construído, o Conjunto Achilles Leal ainda não dispõe de equipamentos extremamente necessários, inclusive aqueles que lhe estão garantidos na Lei Orgânica do Município de Mulungu, onde dispõe que as funções sociais da cidade dependem do acesso de todos os cidadãos aos bens e aos serviços urbanos assegurando-lhes condições de vida e moradias compatíveis com o estágio de desenvolvimento do município. Sendo a cidade palco dos mais diversos tipos de relações, deve-se antes de tudo exercer sua função social, na qual está inclusa a democratização de bens e serviços urbanos, que devem ser proporcionados a todos e em todos os âmbitos possíveis, mas até que ponto isto ocorre em Mulungu? Sabemos que este município, de baixa renda, está localizado em área considerada de risco, com poucas oportunidades do uso dos bens e serviços urbanos, com condições de vida e habitações precárias. No entanto, isso não justifica que após uma enchente de tamanha proporção os vitimados sejam novamente vítimas da inconsistência das ações e realizações sendo deixados em situações similares ao que viviam quando residiam em áreas de risco.

## ENCHENTES DE 2004

Similar ao ocorrido na enchente de 1994, foram as consequências das inundações de janeiro de 2004, que inesperadamente atingiu Mulungu. As inundações não se diferenciaram da do ano de 1994, podemos fazer estas observações na matéria do (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 23-01-2004, p.A8).

Cerca de 50% da cidade de Mulungu foi inundada pelas águas do Riacho Camarazal, em razão do volume da água do Rio Gurinhém<sup>8</sup>. Aproximadamente 200 pessoas ficaram desabrigadas, por conta da derrubada de 80 casas. O comércio da cidade também foi atingido e está praticamente fechado, principalmente as lojas situadas na principal rua pelas águas do Riacho Camarazal [...] as pessoas foram socorridas para o Colégio Grande Estadual, no salão paroquial, no Hospital e no prédio da Secretaria de Educação, dentre outros [...] por pouco não morreram crianças na Rua do Campo, onde cerca de 50 casas de taipa foram destruídas.

Em decorrência deste fato, medidas assistencialistas foram tomadas, a exemplo de distribuição de cestas básicas, agasalhos, colchonetes, botijão de gás, que resumem as providências emergenciais. Também foram iniciadas as obras do conjunto habitacional Humberto Pequeno Madruga. A prefeitura em parceria com os governos federal e estadual iniciou a construção de cento e noventa e cinco casas do tipo embrião viabilizadas através da Companhia Estadual de Habitação (Cehap).

Em sete de abril de 2004, o então ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes e o Governador Cássio Cunha Lima visitaram a cidade de Mulungu com o propósito de fiscalizar as obras que estavam em andamento, uma vez que o Ministério da Integração e a Defesa Civil Nacional denunciaram o desvio de vinte e sete milhões de reais, entre 2001 e 2003, das verbas repassadas aos municípios em situação de emergência ou calamidade pública o que levou o governo a ficar mais criterioso na concessão de recursos (VEJA, 20/04/2005, p.44). No entanto, esta visita não interferiu para que dos cento e noventa e cinco domicílios iniciados apenas cinquenta fossem concluídos e entregues em dezesseis de julho de 2004, visto que se aproximavam as eleições municipais e a inauguração era necessária e oportunista perante os eleitores como podemos ver na reportagem do (JORNAL A UNIÃO, 17-07-2004):

---

<sup>8</sup> O Jornal confundiu, não é Rio Gurinhém e sim Rio Mamanguape.





Segundo o presidente da CEHAP, Pedro Lucena, cada casa construída custou em média oito mil reais entre construção e infraestrutura (JORNAL A UNIÃO 16/07/04. P4), sabemos que este é um valor muito alto para uma casa de trinta e dois metros quadrados e no que se refere a infraestrutura podemos citar apenas água encanada e energia elétrica o que leva a duvidar da íntegra aplicação dos recursos destinados a construção do Humberto Madrugá já que o conjunto não dispõe de nenhum outro equipamento urbano, a exemplo de pavimentação, saneamento, sendo comum esgotos escorrendo a céu aberto e lixões entre as ruas, deixando a saúde dos moradores em risco.

Figura 12- Foco de lixo no Conjunto Humberto Madrugá – Mulungu - PB



Fonte: Carlos Alberto Virgínio Barbosa - 2006

Figura 13- Esgoto a céu aberto – Conj. Humberto P. Madrugá – Mulungu - PB



Fonte: Carlos Alberto Virgínio Barbosa - 2006

As demais casas, que estavam semiacabadas foram invadidas após o prefeito Achilles Leal perder as eleições municipais. As pessoas que estavam cotadas para recebê-las esperavam ansiosas visto que as condições de vida nos alojamentos eram precárias, vivendo várias pessoas juntas em situações adversas. Duvidosos quanto a nova gestão administrativa

municipal, se mobilizaram e ocuparam as casas ainda em fase de construção já que esta se encontrava estagnada. Muitas destas casas não estavam em condições de serem ocupados como podemos ver na foto a seguir:

Figura 14- Dona de Casa sem condições para o trabalho doméstico –  
Conj. Humberto P. Madruga – Mulungu - PB



Fonte: Carlos Alberto Virgínio Barbosa - 2006

Esta casa, assim como as demais não dispunha de pia e lavanderia de modo que os ocupantes improvisam meios de lavar suas roupas e utensílios domésticos, outras não tinham porta, piso, reboco<sup>9</sup>.

Os demais domicílios que se encontravam em fase inicial foram abandonados, como podemos ver na imagem a seguir:

Figura 15- Casa em fase de construção e desmoronamento



Fonte: Carlos Alberto Virgínio Barbosa - 2006

<sup>9</sup> Entrevista concedida por D. Severina Luiz dos Santos Pereira, 37 anos.

O atual prefeito José Leonel (Gestão 2004-2008) não retomou a construção das casas que estavam em fase inicial de modo que os efeitos antrópicos, do vento, da chuva e os animais, que vivem soltos nesta área, se encarregaram de demolir o que nem chegou a ser construído.

Estas atitudes nos induzem a questionarmos o que leva os detentores do poder público a permitirem que uma obra de tamanha necessidade para população seja destruída desta forma, quando tantas pessoas vítimas das enchentes precisam dessas casas para se abrigar? E em que foram usados os oito mil reais por unidade, liberados pelo governo federal que deveriam ser usados para gerar melhores condições habitacionais para as pessoas que por razões diversas voltaram a residir em área de risco? Desta feita não compreendemos qual é o futuro com segurança e dignidade a que se refere o governador Cássio Cunha Lima na inauguração das cinquenta casas concluídas, se mesmo a parte do conjunto que foi concluída não dispõe dos equipamentos necessários para uma vida tranquila.

### **BARRAGEM DE CAMARÁ, EPISÓDIO INESPERADO.**

Surpreendentemente em dezessete de junho de 2004, um desastre natural e humano, já que foi provocado por ações e omissões humanas, de proporções jamais vistas nessa região aconteceu dividindo a vida de muitas famílias alagoa-grandenses e mulunguenses antes e depois de Camará. O inesperado rompimento da Barragem de Camará e as consequentes inundações das cidades localizadas rio abaixo, principalmente Alagoa Grande e Mulungu trouxeram consequências danosas. Mais uma vez, no mesmo ano, prolongando o sofrimento e aumentando o percalço para a população mulunguense, que ainda não se recuperara do abalo sofrido em janeiro de 2004, teve que superara mais transtornos.

Conforme podemos observar na matéria do JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (19-06-2004, p.C1):

A inundação decorrente de um vazamento na Barragem de Camará (152 Km a oeste de João Pessoa, na Paraíba) matou ao menos três pessoas, duas em Alagoa Grande e uma em Mulungu e deixou outras 1.600 desabrigadas nos dois municípios[...] em Mulungu, que já enfrentou uma grande enchente em fevereiro, a rede elétrica foi totalmente danificada[...] o abastecimento de água e a rede telef nica foram comprometidos ao longo de todo o dia de ontem nas duas cidades.

No momento do rompimento a Barragem de Camará localizada sobre o rio Mamanguape, em Alagoa Nova que tem capacidade de armazenar vinte e sete milhões de metros cúbicos, estava com apenas oitenta e cinco por cento deste volume, ou quase vinte e três milhões de metros cúbicos, esta ocupava uma área de cento e sessenta hectares e veio a se transformar em um riacho após um rompimento de quinze metros por onde escoou toda água rapidamente pelo Rio Mamanguape. Esta inundação veio agravar a situação de Mulungu que já era calamitosa, diversas casas foram destruídas e várias outras que estavam sendo construídas para dar moradias a desabrigados das enchentes de janeiro do mesmo ano também foram inundadas (O NORTE, 19/07/04, p. E1) o que vem comprovar a irresponsabilidade com que a reconstrução da cidade é tratada, uma vez que estas casas foram destruídas pelas águas porque se encontravam em áreas de risco e reconstruí-las no mesmo local é preservar o problema e garantir que o mesmo venha se repetir.

Lamentavelmente a Paraíba vivenciou uma cena trágica, as duas cidades ficaram praticamente destruídas, os transtornos foram incalculáveis e irreparáveis. O vazamento na Barragem de Camará acarretou um escândalo de proporção nacional devido a sua gravidade e porque desta vez o desastre não foi provocado pela natureza, mas por um erro técnico, ou seja, pela irresponsabilidade humana, como tal foi considerado pela imprensa e pelos órgãos governamentais estaduais e municipais. Perante a tragédia, antes mesmo que viessem as ajudas aos vitimados, presenciamos um duelo político onde o atual governador Cássio Cunha Lima acusa o ex-governador e atual senador José Maranhão como responsável pela tragédia. Os dois tentam se esquivar da responsabilidade do vazamento na barragem, como podemos observar nas palavras de ambos em entrevista ao JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO(19/06/2004, p.C1):

Cássio afirmou que:

A obra foi inaugurada no primeiro semestre de 2002. É aquela história de fazer a toque de caixa para ser inaugurada logo, por conta de prazo eleitoral [...] toca de todo jeito para fazer a festa de inauguração e dá nisso.

Já Maranhão declarou o seguinte:

Eu posso dizer que não houve erro técnico na construção. O que ocorreu foi uma fatalidade. Não há esse caráter político. A obra demorou de dois a três anos para ser concluída. Nem pode se dizer que foi feita e toque de caixa, pois nem tínhamos caixa para isso.

Podemos abstrair das declarações acima o fato de que a utilização política dos eventos ocorridos supera a preocupação dos governantes com o socorro a ser prestado aos atingidos, a recuperação dos danos e as reconstruções possíveis.

Após o rompimento da Barragem de Camará, o então ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, visitou a cidade de Alagoa Grande, sendo esta a mais atingida e afirmou que o governo federal iria liberar verbas para construção de casas em Alagoa Grande e Mulungu (JORNAL A UNIÃO, 22/06/2004). Na última cidade nada fora construído em decorrência de Camará, inclusive as obras do conjunto Humberto Pequeno Madrugá que haviam sido inicializadas em decorrência das enchentes de janeiro foram estacionadas e até os nossos dias não chegaram a ser concluídas.

Um ano após a o rompimento da Barragem de Camará o Jornal do Comércio publica uma reportagem acerca da situação dos atingidos pelo rompimento da barragem e declara que na cidade de Mulungu apenas vinte e seis por cento das indenizações pessoais haviam sido liberadas e muitas famílias ainda moravam em prédios públicos ou casas de parentes.

O que evidencia a falta de compromisso por parte dos governantes, primeiro em não implementar uma política de prevenção a estes eventuais acontecimentos e depois por não tomarem para si a responsabilidade de ressarcir as vítimas de suas atitudes e omissões. Nota-se que não há interesse em resolver definitivamente os problemas e sim de aproveitar-se desse tipo de situação anormal ou calamitosa para crescer politicamente, usando a desgraça alheia e comunitária como degrau para ascensão política. Para remediar a situação e agradar o povo os governantes saem a pé na lama que toma as ruas, visitando alojamento e distribuindo cestas básicas para quem não tem nem água para beber, em algumas famílias não apenas em virtude das enchentes, como também por precárias condições socioeconômicas.

A inundação causa danos financeiros incalculáveis, principalmente se tratando de uma cidade como Mulungu, considerada de poucos recursos, no entanto, as perdas materiais não se aproximam do desgaste psicológico para as famílias, verem suas casas tomadas pelas águas e sem alternativa, abandonarem os seus lares às pressas, tendo tempo apenas de retirarem suas crianças e idosos e presenciarem o fruto de uma vida ser destruído em poucas horas e ainda assim agradecer pela vida dos parentes em meio aos acontecimentos. Também sofrem a parcial perda da história das famílias, pois são levados os álbuns de fotografia, fita de vídeo, objetos herdados, enfim os meios de guardar as recorda es. Diferente dos outros bens estas perdas não podem ser recuperadas, outra perda notável é para o crescimento intelectual, já que

as bibliotecas são constantemente atingidas perdendo parte dos seus acervos restringindo o acesso à leitura, lamenta-se ainda mais por esta não ser uma cena inédita já que ela está se repetindo após dez anos. Este período, considerado um curto intervalo de tempo para que uma família de baixa renda reconstrua novamente o seu lar, entretanto é tempo suficiente para levantarmos o seguinte questionamento: porque após dez anos sofremos as mesmas consequências das enchentes? E porque a Rua do Campo foi uma das mais atingidas se esta, assim como a Rua do Empurra e a do Pantanal haviam sido condenadas pela Defesa Civil desde 1996, quando foram distribuídas casas no conjunto Achilles Leal, para as pessoas que lá residiam em decorrência da enchente de oito de julho de 1994.

A resposta não é difícil de obtermos, pois é notório que após os desastres foram tomadas medidas paliativas, as quais não conseguiram atender as reais necessidades dos atingidos e nem resolver o problema em definitivo, é necessário para tanto adotar medidas de reparações concretas, programas de preservação e conscientização eficazes, além de investimentos maciços em obras de infraestrutura. Essas medidas não são tomadas porque a política da tragédia pública é mais lucrativa em termos eleitorais.

Através desta breve observação das inundações ocorridas no período compreendido entre 1994 a 2004 constatamos o descaso visível que se dá na improvisação de ações de socorro, reparação de danos e reconstrução do que fora construído com empenho, força, gastos e sacrifícios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos as informações analisadas, entendemos que a cidade de Mulungu se encontra vulnerável a enchentes primeiro por localizar-se as margens do rio Maranguape e principalmente por na cidade inexistir uma política de prevenção, uma vez que esta é possível e pode contribuir de forma eficaz para evitar perdas de vidas humanas e conseqüentemente não permitir que o desenvolvimento da cidade caminhe para o retrocesso quando ocorrem catástrofes. São estas medidas de fácil aplicação como a política de informação acerca da periculosidade de residir em área de risco, ordenamento do território com a proibição da ocupação das áreas de risco e principalmente a dragagem do rio e riachos, medidas as quais não podem impedir completamente eventuais acontecimentos, mas reduzem os danos.

Além da ausência de uma política de prevenção é notório que após os acontecimentos as medidas de reparos tomadas pelo poder público administrativo não condizem com as reais necessidades ocasionadas pelas inundações. São estes acontecimentos que movimentam o mercado da calamidade, convenientes aos que fazem uso da máquina pública para se promover.

Com as enchentes, ocorre queda do padrão de vida das famílias que se expõem aos acontecimentos. E o fato de transferi-las de alojamentos para casebres construídos a preços excessivos e distribuídos obscuramente uma vez que é comum aliados políticos também terem direito a estas moradias, dispostos em conjuntos habitacionais sem nenhum equipamento urbano, pouco contribui para que essas famílias voltem ao antigo padrão de vida, no entanto esta não deixa de ser uma medida necessária, desde que concedida de forma concreta, a sanar os problemas das vítimas. Mesmo após a distribuição dos domicílios seus residentes continuam condenados a uma estagnação econômica, uma vez que a maioria sofre a perda dos instrumentos de trabalho, as plantações e os animais domésticos que são vendidos para completar a renda familiar, prática comum nas pequenas cidades, e os administradores do poder público os tratam como se casa, água encanada e energia elétrica lhes proporcionassem vida digna e prospera.

Outro fator a ser posto em evidência é a pequena participação popular e do poder legislativo, pouco comprometido com a causa pública e com os problemas da cidade de Mulungu. Isto fica mais claro mediante a inexistência de encaminhamentos feitos pelos

vereadores de projetos e propostas de associações que atuem nestas comunidades, onde também fica claro o comodismo dos munícipes.

Entretanto se pode culpar totalmente a sociedade de Mulungu por este estado de causa, afinal a cidade sofre da ausência de alternativas para o setor produtivo, tornando o desemprego e baixo poder aquisitivo uma das maiores preocupações dos munícipes. Como é comum na maioria das cidades brasileiras, a prefeitura é o maior empregador do município, tornando grande parte da população dependente das tendências políticas dominantes. Tal fator acaba dividindo a população em dois lados que dificilmente se unem para solucionar os mais simples problemas da comunidade.

Deixar a questão apenas nas mãos dos poderes executivo e legislativo pode ser uma atitude que posterga a implementação de políticas eficazes. Assim sendo, a atuação da população é mais que uma solução para a questão habitacional, pois pode atrair atenção para o fato de que o município precisa por em prática um plano de desenvolvimento urbano municipal capaz de superar as suas dificuldades e alavancar o município do atual estágio de letargia e resgatar a autoestima da população no propósito de tornar-se auto sustentável e auto determinada.



## REFERENCIAS

- BARBOSA, Maria da Gloria Virgínia. **Ascensão e decadência econômica da cidade de Mulungu**. Monografia de Graduação (UEPB), Guarabira: 2003.
- CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Manuel de planejamento em Defesa Civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999.
- COELHO, Cleodon. **Guarabira Através dos Tempos**. Guarabira Tipografia Nordeste, 1955.
- CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo. Ática, 1995.
- \_\_\_\_\_. **A rede urbano**. São Paulo: Ática, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua historia**. João Pessoa: Ideia, 1998.
- GONÇALVES JÚNIOR, A. J. et AL. **O que é urbanismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GONÇALVES, Maria da Gloria Salgado. **Reflexões em torno do conceito do risco natural e da dimensão do risco**. (Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Gestão de risco Naturais, UP, 2005).
- LACOSTE, Yves. **Os países subdesenvolvidos**. São Paulo: DIFEL, 1981.
- MORETTI, Ricardo de Souza. **Normas Urbanísticas para Habitação de interesse social recomendações para elaboração**. São Paulo: IPT, 1997.
- REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) encantos Modernos**. Historia da cidade de Recife na década de vinte. Recife FUNDARPE, 1997.
- RICARDO, Maria Jose da Silva. **Clima e Solo na degradação Ambiental no município de Mulungu PB**. Monografias de especialização – UEPB; 2004.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ROSS, Jurandy L. Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2000.
- SANTOS, Milton **Técnica Espaço Tempo**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VEJA, Revista. **O mercado da Calamidade**. Nº 1901, São Paulo: Abril, 20/abr/05.

## FONTES

BRASIL, Lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da cidade e Legislação Correlata**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

BRASIL, **Glossário de defesa Civil**: Estudos de Risco e Medicina de Desastres. Ver./ Ministério da Integração Nacional. Brasília: MI, 2002.

BRASIL, **Manual de desastre natural**, vol. 1/ Ministério da Integração Nacional, Brasília: MI, 2004.

MULUNGU. **Lei Orgânica do município de Mulungu**. Mulungu: Camara Municipal, 1998.

Relatório de atividades da EMBRAPA, 1983.

## JORNAIS

A UNIÃO, 2004.

CORREIO DA PARAIBA, 1994.

CORREIO DA PARAIBA, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO, 2004.

O COMERCIO, 2004.

O NORTE, 1994.

O NORTE, 2004.

Site da Internet Disponível em:

[WWW.ENS.UFCG.BR/LABS/LABDREN/TEXTOS.HTMAL](http://WWW.ENS.UFCG.BR/LABS/LABDREN/TEXTOS.HTMAL), acesso em 06/04/2005.

## **RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**

Ana Lúcia de Oliveira, 29 anos. 13-05-06

Antonio Oliveira dos Santos, 50 anos. 16-05-06

Benedita Maria da Silva, 43 anos. 19-05-06

Cleonice da Conceição de Lima, 38 anos. 14-05-06

Gedalva dos Santos Silva, 29 anos. 20-05-06

Genário Paulo Pereira, 69 anos. 17-05-06

José Alves Clementino, 83 anos. 14-05-06

Josenilda da Costa Santos, 43 anos. 10-05-06

Luiz Lianda Ferreira da Silva, 78anos. 07-06-04

Maria Auxiliadora, 40 anos. 15-05-06

Maria das Graças Virgínio dos Santos, 29 anos. 13-05-06

Maria Hosana Virgínio dos Santos, 25 anos.17-05-06

Maria José Trajano da Silva, 28 anos. 15-05-06

Maria José do Nascimento, 58 anos. 18-05-06

Maria de Lourdes Virgínio dos Santos, 53 anos. 21-05-06

Maria Lourdes Nascimento da Silva, 49 anos. 20-05-06

Maria das Neves Viana Felinto, 43 anos. 14-05-06

Maria do Socorro Clementino de Oliveira, 35 anos. 19-05-06

Mauro César Gomes, 38 anos. 16-05-06

Rosinete Clementino Gomes, 36 anos. 18-05-06

Severina Luiz dos Santos Pereira, 37 anos. 13-05-06